

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 170.996 - PI (2020/0045922-9)

SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE TERESINA - SJ/PI
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE TEREZINA - ZONA LESTE - HORTO FLORESTAL - PI
INTERES. : VALDERI DO NASCIMENTO PEREIRA
ADVOGADOS : ÍTALO ANTÔNIO COELHO MELO E OUTRO(S) - PI009421
FRANCISCA DAIANA MORAIS DA SILVA - PI010407
INTERES. : ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado entre o Juízo Federal da 8ª Vara do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado do Piauí e o Juízo de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal de Teresina – Horto Florestal/PI, nos autos da ação de conhecimento ajuizada por Valderi do Nascimento Pereira contra Anhanguera Educacional S/A, objetivando a expedição de diploma do curso de Administração, bem como indenização por danos morais.

Ajuizada, anteriormente, ação idêntica perante o Juízo de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal de Teresina – Horto Florestal/PI, esse, por entender presente o interesse da União no processo e, conseqüentemente, a incompetência absoluta do Juízo, julgou o processo extinto sem resolução do mérito (fls. 21-22).

Distribuído o presente feito ao Juízo Federal da 8ª Vara do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado do Piauí, esse, por sua vez, afastou o entendimento esposado pelo Juízo de Direito, sob o fundamento de que a competência da Justiça Federal decorre da ausência de credenciamento da instituição de ensino, o que não foi demonstrado *in casu*, suscitando o presente conflito (fls. 29-31).

É o relatório. Decido.

Preambularmente, para que se configure o conflito de competência, é necessário que haja manifestação de duas autoridades judiciárias, de diferentes esferas, declarando a sua competência ou incompetência para o processamento e julgamento da lide, ou, ainda, que entre eles surja controvérsia com relação à reunião ou separação de processos, a teor do que dispõe o art. 66 do CPC/2015, *in verbis*:

Superior Tribunal de Justiça

Art. 66. Há conflito de competência quando:

I - 2 (dois) ou mais juízes se declaram competentes;

II - 2 (dois) ou mais juízes se consideram incompetentes, atribuindo um ao outro a competência;

III - entre 2 (dois) ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.

Com efeito, apesar da decisão do Juízo suscitado ter sido proferida em ação diversa, porém idêntica à presente, e em atenção aos princípios da economia e celeridade processual, entende-se, de logo, caracterizado o conflito negativo de competência, ante a evidência da divergência posta nos autos.

Neste particular, constata-se que a ausência de expedição de diploma do autor da ação originária, *a priori*, não decorre da ausência de credenciamento da instituição de ensino superior pelo Ministério da Educação, mas em decorrência de atraso em pagamentos, afasta-se o interesse jurídico da União no feito, a ensejar a competência da Justiça Federal.

Desse modo, a competência é firmada em favor do juízo comum, conforme depreende-se da leitura dos seguintes precedentes:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. IRREGULARIDADE NA INSCRIÇÃO DOS ALUNOS. AUSÊNCIA DE INTERESSE DA UNIÃO

1. Nas causas que envolvam instituições de ensino superior, a União possui interesse (o que enseja a competência da Justiça Federal) quando se trata de: (I) registro de diploma perante o órgão público competente (inclusive credenciamento junto ao MEC); ou (II) mandado de segurança. Por outro lado, não há falar em interesse da União nas lides (salvo mandados de segurança) que digam respeito a questões privadas concernentes ao contrato de prestação de serviço firmado entre essas instituições e seus alunos (essas causas, portanto, devem ser processadas e julgadas pela Justiça Estadual).

2. No presente caso, a falta de expedição do diploma não é decorrente da ausência de credenciamento da instituição de ensino superior pelo Ministério da Educação, mas de irregularidade na própria inscrição dos alunos.

3. Não há interesse jurídico da União a ensejar a competência da Justiça Federal, pois eventual procedência do pedido limitar-se-á à esfera privada entre a aluna/autora e a instituição de ensino/ré.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg nos EDcl no CC 128.718/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/05/2018, DJe 16/05/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO INDENIZATÓRIA DE DANOS MORAIS E MATERIAIS CONTRA INSTITUIÇÃO DE ENSINO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. RESP 1.344.771/PR. SÚMULA 83/STJ.

1. O Superior Tribunal de Justiça, em Recurso Especial

representativo de controvérsia - REsp 1.344.771/PR - assentou que: "em se tratando de demanda em que se discute a ausência/obstáculo de credenciamento da instituição de ensino superior pelo Ministério da Educação como condição de expedição de diploma aos estudantes, é inegável a presença de interesse jurídico da União, razão pela qual deve a competência ser atribuída à Justiça Federal, nos termos do art. 109, I, da Constituição Federal de 1988".

2. No caso em análise, não há interesse jurídico da União a ensejar o deslocamento do feito para a Justiça Federal, uma vez que a autora não pleiteou a emissão do diploma, somente a reparação dos supostos danos morais e materiais sofridos em decorrência da conduta da parte ré.

3. Recurso Especial não provido.

(REsp 1616300/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 13/09/2016)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE ENSINO SUPERIOR. COBRANÇA DE TAXA PARA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. ILEGITIMIDADE DA UNIÃO.

1. Trata-se os presentes autos acerca da legitimidade da União para figurar no pólo passivo de demanda na qual se discute a ilegalidade da cobrança da taxa para expedição de diploma de curso universitário.

2. É de se destacar que os órgãos julgadores não estão obrigados a examinar todas as teses levantadas pelo jurisdicionado durante um processo judicial, bastando que as decisões proferidas estejam devida e coerentemente fundamentadas, em obediência ao que determina o art. 93, IX, da Constituição da República vigente. Isto não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.

3. A Primeira Seção do STJ, no CC n. 108.466/RS, de Relatoria do Exmo. Ministro Castro Meira, julgado em 10 de fevereiro de 2010, nos processos que envolvem o ensino superior, fixou regras de competência em razão da natureza do instrumento processual utilizado. Portanto, em se tratando de mandado de segurança, a competência será federal, quando a impetração voltar-se contra ato de dirigente de universidade pública federal ou de universidade particular; ao revés, será estadual quando o mandamus for impetrado contra dirigentes de universidades públicas estaduais e municipais, componentes do sistema estadual de ensino. Em outro passo, se forem ajuizadas ações de conhecimento, cautelares ou quaisquer outras de rito especial, que não o mandado de segurança, a competência será federal quando a ação indicar no pólo passivo a União ou quaisquer de suas autarquias (art. 109, I, da CF/88); será de competência estadual, entretanto, quando o ajuizamento voltar-se contra entidade estadual, municipal ou contra instituição particular de ensino.

4. A competência para o julgamento de causas relativas a instituição de ensino superior particular, nos casos que versem sobre questões privadas relacionadas ao contrato de prestação de serviços firmado entre a instituição de ensino superior e o aluno (por exemplo, inadimplemento de mensalidade, cobrança de taxas, matrícula), em se tratando de ação diversa à do mandado de segurança, é, via de regra, da Justiça comum, não havendo interesse da União no feito, o que afasta a sua legitimidade para figurar na ação.

5. Recurso especial parcialmente provido. (REsp 1295790/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/11/2012, DJe 12/11/2012).

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, cumpre invocar os termos da Súmula n. 150 desta Corte:
"Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas."

Ante o exposto, conheço do conflito e declaro competente o Juízo de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal de Teresina – Horto Florestal/PI, ora suscitado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator